

## Eixo Capital

ANA DUBEUX (Interina)  
anadubeux.correio@gmail.com

Caio Gomez/CB/D.A Press

Rita Lee  
revivida em Brasília

Depois de lotar temporadas em São Paulo e atrair mais de 160 mil espectadores em pouco mais de um ano em cartaz, o espetáculo *Rita Lee* — *Uma autobiografia musical* chega a Brasília em 8 de fevereiro. O espetáculo recria com afeto, humor e irreverência a vida da rainha do rock brasileiro, interpretada por Mel Lisboa, sob a direção de Márcio Macena e Débora Dubois. Mais do que uma encenação biográfica, os criadores do espetáculo pretendem celebrar no palco a força e a originalidade de Rita Lee, uma artista que se tornou referência para várias gerações brasileiras, principalmente para as mulheres.

## Surpresas à vista

Divulgação/CLDF



Com a experiência de mais de 40 anos na política de Brasília, acompanhando ou participando de várias eleições, o presidente do TCDF, Manoel de Andrade, evita, é claro, prognósticos sobre o pleito para governador em 2026. Mas tem uma expectativa diferente da de muitos analistas. Para Manoelzinho, há, sim, chance de um nome surpreender nas urnas, chegando ao Palácio do Buriti. E esse nome não está nas inúmeras listas de pré-candidatos prospectados pelas pesquisas. Alguém que "atropelaria" os atuais favoritos. A esperar...



## À QUEIMA-ROUPA

## "Um código de conduta é mais que urgente"

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O debate sobre os limites da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) voltou ao centro da agenda política e jurídica do país. A proposta de criação de um código de ética próprio para os magistrados, defendida pelo novo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, reacende discussões sobre transparência, imparcialidade e controle democrático. Em entrevista ao *Correio*, o advogado e analista político Melillo Dinis, diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCCE), analisa os desafios da autorregulação do Judiciário e defende maior responsabilidade e clareza institucional no funcionamento do Supremo.

## O STF deveria adotar formalmente um código de ética próprio?

Na minha avaliação, um código de conduta ou de ética é mais que urgente. Creio que há, necessariamente, algumas premissas. Todo poder deve ser controlado. O Poder Judiciário tem ampliado muito a sua presença no espaço público. Mais presença exige mais controle, transparência, imparcialidade, abstenção de engajamento político e integridade. Sem isso, um poder que não é eleito perde a sua legitimidade e piora a qualidade da democracia, com a possibilidade de caracterizar um autoritarismo com corrupção. Há muitos bons exemplos. E temos algumas situações graves. A criação de um código de ética pode ser a resposta a algumas dessas questões. Não é a única fórmula. Mas pode consolidar um modelo para a exposição pública e a conduta privada dos magistrados, esta cada vez mais cobrada pela sociedade. Na atual conjuntura, há uma exigência ética da ordem democrática. Não é mais possível testemunhar situações em que a névoa de desconfiança em relação às condutas dos protagonistas dos tribunais superiores cause indignação na sociedade.

## Em que um código de ética pode contribuir?

Há muitas dimensões em que

a proposta de um código pode contribuir, tanto para o STF quanto para os demais membros dos tribunais superiores e para toda a sociedade. Penso em, no mínimo, duas: responsabilidade e autocontenção. A ética é um pressuposto das relações sociais, em cada tempo histórico. Sempre há, entretanto, a necessidade de, a partir da ideia de responsabilização (na elegante expressão inglesa *accountability*), criar regras para que a ética seja uma das marcas das instituições, especialmente das Cortes. Há outra necessidade em relação aos tribunais superiores. É tempo de autocontenção.

## O senhor enxerga excessos?

O excesso de visibilidade de muitos dos ministros, em que pese a importância das opiniões de tão importantes juristas, não pode se confundir com uma tendência, cada vez mais presente, de que existe uma "antecipação" das posições jurídicas travestidas de análises políticas e decisões jurídicas. Aliás, a melhor frase inicial do mandato do atual presidente do STF foi: "Ao direito o que é do direito; à política o que é da política". O Brasil é um campo repleto de situações que merecem a atenção de um código, como o que será construído a partir do trabalho do presidente do STF, ministro Edson Fachin.

## A autorregulação dos ministros tem sido suficiente ou é preciso definir normas mais claras?

A autorregulação (que não se confunde com a autocontenção) tem sido totalmente insuficiente. Se no passado foi possível adotar um modelo em que ministros, individualmente e em conjunto, buscaram soluções especiais para conflitos éticos, a partir do crescimento do papel e da presença do Poder Judiciário após a Constituição de 1988, isso não está mais de acordo com o sentimento da maioria da sociedade. A transparência, para o bem e para o mal, é um dos eixos centrais da legitimidade do Poder Judiciário. Sem regras claras e submetidas ao debate público, o Poder Judiciário, especialmente os tribunais superiores, perderá muito de sua capacidade de resolução de conflitos e de redução de atritos com a sociedade.

## Onde termina a esfera privada do magistrado e começa o dever institucional de preservar a imagem da Corte?

Juiz é função de Estado. E exige vocação para que cada personagem investido desse poder entenda que há alguns fatos da vida comum que lhe são restritos ou impedidos. A dimensão privada da profissão e do papel institucional, necessária e digna, não pode deixar dúvidas sobre a sua imparcialidade. A imparcialidade é a condição mínima do respeito das decisões judiciais. Sem isso, todo o sistema desmorona. Assim, qualquer medida que reduza os conflitos de interesses e os interesses pelo conflito e que amplie soluções equilibradas e justas, ajuda muito, ainda mais quando a quadra política e social que vivemos está fundada na desconfiança. A imagem institucional deriva exatamente dessa crença na imparcialidade. Creio que o centro de um código de conduta (e de contenção) é retomar maior confiança e melhorar a coesão social a partir das decisões dos tribunais superiores, com tarefas sempre difíceis. A falta de confiança diminui os espaços de liberdade. E sem liberdade não há justiça nem democracia.

## Vizinhos no WhatsApp

Moradores da Asa Norte e Noroeste criaram um grupo no WhatsApp, chamado "Amigos e Vizinhos em ação — Plano Piloto", para discutir melhorias para a região. Até as 18h de ontem, eram 771 participantes. A ideia é concentrar discussões sobre segurança pública e iniciar contatos com autoridades para que as demandas sejam colocadas em prática. A iluminação precária em várias quadras, principalmente nas 300 e 400, tem mobilizado os debates. A ideia é que em janeiro seja apresentado ao GDF um diagnóstico com todas as medidas vistas como necessárias.

Divulgação



## Fazer o bem

O Espaço Cultural Renato Russo, na 508 Sul, recebe, neste domingo, a 3ª edição do Terror Literário. O evento pretende atrair escritores e leitores amantes de contos de mistério e fantasia, para uma leitura pública de obras produzidas por autores do DF. O evento, gratuito, foi idealizado pelo escritor Marcos Linhares, promovido pelo Instituto Fazer o Bem e conta com o apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF.

## Inflação de dezembro

A prévia da inflação de dezembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), registrou alta de 0,38%, ficando 0,42 ponto percentual acima da taxa de dezembro do ano passado (-0,04%). Já a previsão de inflação em nível nacional ficou em 0,25%. No ano, o IPCA-15 de Brasília acumula alta de 4,61%. Os dados são do IBGE.

Veja a íntegra da entrevista no site do correio

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## CB.PODER

O presidente da OAB-DF, Paulo Maurício, define a defesa da cidadania como prioridade para a Ordem, com futuras ações na educação e saúde públicas no ano de 2026. Afirmar que a instituição não aceitará em seus quadros violadores de direitos da mulher

## "Violência doméstica é o maior mal do país"

» ARTUR MALDANER\*

Para o ano de 2026, Paulo Maurício, o Poli, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção DF (OAB-DF) define como prioridade a defesa da cidadania com ações nas áreas de saúde, educação e combate à violência contra a mulher. O entrevistado do *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a TV Brasília — de ontem destacou que a OAB prevê um projeto que visa o cumprimento da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino básico. "Se não tivermos posição da Secretaria de Educação até o início do ano, vamos judicializar a questão", afirmou aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Adriana Bernardes.

Além disso, o presidente da OAB-DF destacou um futuro projeto de fiscalização direta em hospitais e unidades de saúde. "Vamos acompanhar para que tenha o atendimento correto", disse. Para Poli,

2026 será um ano tenso no processo eleitoral brasileiro. Por isso, ele assegurou que a Ordem trabalhará para que haja respeito às instituições públicas e candidaturas femininas. O advogado garantiu que não serão admitidas candidaturas falsas e sem apoio, somente para o cumprimento de cotas de gênero.

Para assegurar a participação plena das candidatas, ele afirmou que a Ordem fiscalizará, por meio de um observatório, cada etapa do processo, desde o lançamento dos nomes até a campanha nas ruas. "Não pode haver a manipulação de um índice só para dizer que houve participação feminina, mantendo a predominância da Câmara Legislativa, por exemplo, que, de 24 parlamentares, temos apenas quatro mulheres", destacou.

## Crimes contra a mulher

"Eu considero a violência doméstica o maior mal do país, porque ele destrói famílias, é silencioso e acontece em todas as classes sociais", enfatizou. Poli explicou que a OAB-DF atua de forma multidisciplinar para combater os crimes contra a mulher e, por meio da Fundação de Assistência Judiciária (Faj), capacita e dá apoio aos advogados no atendimento às vítimas.

Ele ressaltou que o trabalho da advocacia é essencial para expedição e cumprimento de medidas protetivas, levando qualquer irregularidade à Justiça ou à polícia para exigir a responsabilização do agressor. "A violência doméstica precisa ser combatida no seu nascimento, no primeiro

xingamento, que depois transborda na violência física e pode acabar em um feminicídio. A gente precisa matar isso na origem", avaliou sobre o acompanhamento dos casos de violência, um serviço que, segundo Poli, deve ser ampliado, principalmente em comunidades carentes.

O advogado assinalou que a Ordem não só atua em campanhas de conscientização, mas também na cobrança do Estado. Apontou o Projeto de Lei nº 2079/2025, de iniciativa da OAB-DF, como um avanço na responsabilização dos agressores na capital da República. O PL exige que as delegacias de Polícia Civil, em um período de 48 horas, notifiquem a OAB-DF acerca de ocorrências que envolvam advogados regularmente inscritos, sejam vítimas ou autores. O projeto permite que a instituição dê suporte às advogadas vítimas de violência, bem como instaure processos disciplinares contra os agressores inscritos. "A OAB não vai aceitar em seus quadros violadores de direitos básicos da mulher", adiantou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Não pode haver a manipulação de um índice só para dizer que houve participação feminina, mantendo a predominância da Câmara Legislativa, por exemplo, que, de 24 parlamentares, temos apenas quatro mulheres"

Poli também se posicionou contra os excessos da segurança pública e exemplificou que a OAB Nacional e a do Rio de Janeiro estão averiguando possíveis responsabilizações por execuções, "sem a devida análise de culpabilidade", ocorridas na Operação Contenção, que deixou 121 mortos neste ano,

na capital fluminense. "A OAB foi a primeira instituição a chegar. Até me assustou a coragem dos colegas do Rio que foram para a linha de frente, logo no primeiro dia, para acompanhar os procedimentos."

\*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso